Biopolítica da infância e medicalização da educação em tempos de Pandemia (Covid-19) em Alagoas

Fernanda Lays da Silva Santos
Walter Matias Lima

RESUMO

O estudo apresentado aborda como a infância, historicamente, tem sido alvo de intervenções políticas e educativas que refletem visões de mundo e estratégias biopolíticas, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19. Fundamentado em autores como Foucault (2014) e Kohan (2009), o trabalho discute como a medicina e a educação infantil se tornaram ferramentas para a docilização e controle dos corpos, com o objetivo de formar sujeitos úteis e submissos às demandas sociais e econômicas. A pesquisa, originada da tese intitulada Biopolítica, medicalização e pandemia da Covid-19: saberes, discursos e poderes sobre as infâncias na Educação Brasileira nos séculos 20 e 21, que utilizou metodologia bibliográfica, documental e estudo de caso, analisa os discursos médicos e as práticas biopolíticas no ambiente escolar de Alagoas durante a pandemia. Os resultados indicam que a bio-necropolítica se manifestou no controle dos corpos e na gestão da vida durante o período investigado, perpetuando desigualdades e exclusões, especialmente entre estudantes da rede pública. Esse cenário reflete a continuidade de práticas higienistas no século XXI, evidenciando como questões históricas e estruturais permanecem influenciando as políticas educacionais e sociais no Brasil.

Palavras-chave: Biopolítica. Higienismo. Medicalização da Educação. Pandemia de Covid-19.

INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, a preocupação com a educação escolar já era notório, principalmente devido a ascensão do capitalismo, industrialização e a proposta de uma educação nova. Nesse período, pensar a proposta educativa em novos moldes, tendo em vista as pesquisas em torno do desenvolvimento humano, da antropologia, sociologia, envolvia considerar um outro tratamento à infância com conceitos e metodologias antagônicas ao modelo tradicional de ensino. Assim, para uma escola nova seria necessário uma "nova" formação de professores. Os escolanovistas com o manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1939) buscava uma educação gratuita, laica e obrigatória para a população. Diante disso, os conceitos estavam articulados ao que era de mais reconhecido na época, entre eles: os princípios baseados em Rousseau, Montessori, Freinet, que percebiam o estudante como centro do processo educativo, bem como deveria ser considerados seus interesses e

necessidades. Para a formação de uma nação civilizada e moderna, fazia-se necessário uma educação nova, sobretudo, para atender os interesses do capital e de operação de máquinas (mercado de trabalho). A educação escolar deveria atender o objetivo de formar sujeitos adaptados ao modelo industrial e empresarial, desde a mais tenra idade, ou seja, subjetividades e comportamentos "sãos".

Anísio Teixeira, enquanto diretor de instrução pública buscou implantar uma reforma educacional nos anos 30 e 40, e convidou vários intelectuais, entre eles, o médico alagoano Arthur Ramos (1903-1949) que compôs o quadro de profissionais em busca da formação de uma nação moderna. O psiquiatra propôs uma educação higienista que trazia orientações aos pais, professores e população de como educar a criança "problema". Assim, a preocupação com a subjetividade da criança e as orientações para a formação docente estavam presentes nesse contexto. Além, é claro, das escolas normais e outras instituições educativas na época que visavam a formação de professores.

Neste trabalho, visamos dialogar sobre o contexto histórico (recorte do século XX e período da pandemia) o primeiro seria a proposta higienista de Arthur Ramos e o segundo seus resquícios na atualidade com a pandemia Covid-19. Desse modo, temos como objetivo identificar os vestígios higienistas na formação continuada de docentes com o protocolo de biossegurança do retorno às aulas presenciais (PRAEP), bem como refletir sobre a tradução da biopolítica no discurso médico-escolar e formação de professores. A partir dessa investigação que se deu por meio de pesquisas bibliográficas, documental e estudo de caso, visamos responder a seguinte pergunta: Qual o lugar dado à formação de professores no movimento higienista (séc.XX) e Covid-19 (séc.XXI)? O artigo é um recorte da tese de doutorado intitulada *Biopolítica, medicalização e pandemia da Covid-19: saberes, discursos e poderes sobre as infâncias na Educação Brasileira nos séculos 20 e 21.*

Arthur Ramos, Higienismo e Educação Escolar

Arthur Ramos nasceu no município de Pilar, em Alagoas, completou seus estudos da educação básica em Maceió, indo para estudos posteriores na Bahia, onde cursou Medicina (1926). Também contribuiu para os jornais de Alagoas e da Bahia com publicações sobre antropologia, psicologia, sociologia. Faleceu aos 46 anos, em Paris, no ano de 1949 em consequência de um edema pulmonar.

O médico alagoano ganhou destaque em suas pesquisas por estudar medicina, psiquiatria, psicologia social, antropologia, indo além de Alagoas e do Brasil. Por isso, neste

trabalho, sem buscar fazer apologias, mas buscar compreender a relação dele com a educação, seus limites, suas contribuições e repercussões, por seu vasto trabalho.

No meio acadêmico, Arthur Ramos teve contato com diversos médicos, incluindo Afrânio Peixoto e Nina Rodrigues. Em conjunto elaboraram um grande projeto de higienização[1] da população. O primeiro foi um dos 26 intelectuais que participaram do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), e o segundo, um mestre para Ramos. O médico alagoano publicou vários artigos no Arquivo do Instituto Nina Rodrigues. O sentido de higiene no referido projeto ultrapassava os limites do saber médico, uma vez que o entendiam como capaz de explicar tanto os problemas de ordem biológica quanto social.

Na concepção de Arthur Ramos, o ser humano tinha, dentro de si, um homem primitivo que, em alguns momentos, apresentaria um comportamento de "selvageria". Entretanto, o pensamento freudiano continua em seus trabalhos posteriores, entre eles: *A criança problema* e *Saúde do espírito: higiene mental*, ambos de 1939*,* sobre a relevância da formação da criança ajustada ao meio social por meio da criação de um superego "correto" advindo de hábitos "saudáveis" que equilibrariam a repressão, mas, por outro lado, considerando as necessidades físicas e afetivas da criança. O intelectual foi influenciado pelo pensamento de Nina Rodrigues que refletiu em grande parte de suas obras.

Quanto ao projeto higienista e eugênico, no que diz respeito à raça, Maria José Campos (2004) destaca que Arthur Ramos assenta no Brasil a noção de democracia racial por uma interpretação da mistura racial e cultural, por meio da apropriação das teorias culturalistas americanas, mas o autor alagoano ainda se remete ao pensamento de Nina Rodrigues, envolvendo-se no pessimismo e otimismo, considerando a cultura negra como constituinte da nação brasileira, mas, ao mesmo tempo, uma cultura primitiva. Na visão dos referidos intelectuais, ser uma cultura primitiva, não apenas do negro, mas dos indígenas, dos mestiços, era sinônimo de atraso à tão sonhada civilização, à ordem e ao progresso. A influência desse pensamento não se limitou à questão antropológica, mas à educação escolar por meio da formação de hábitos harmônicos utilizando os princípios psicanalíticos.

Nos anos 1930, influenciado pelo ideário da Escola Nova, no início do século XX, Arthur Ramos foi convidado para integrar a equipe de Anísio Teixeira que pretendia realizar uma reforma educacional na capital federal. Assim justifica Sircilli (2005, p. 188, grifo nosso):

---

[1] O higienismo de Arthur Ramos foi um movimento que buscava a prevenção, correção de condutas indesejáveis para a formação de uma nação moderna, sadia "mente" e "corpo" por meio da formação de hábitos. Isso se estendeu ao campo escolar, pois vários intelectuais e dirigentes via na psicanálise e psicologia social um meio de controlar o corpo e mente da população, conforme Santos (2023).

> A família era vista como inadequada para educar os filhos; medidas higiênicas foram implementadas no intuito de manter os corpos dos alunos dentro dos padrões de limpeza; suas mentes seriam estudadas por meio de apurados instrumentos psicológicos e psicopedagógicos, e os **professores seriam treinados** para usar as técnicas mais recentes da pedagogia.

Assim, a educação era vista como essencial para a formação humana, Anísio Teixeira foi influenciado por essas ideias de formação de hábitos e higienização da mente para o seu projeto educacional: "A escola primária visando, acima de tudo à formação de hábitos de trabalho, de convivência social, de reflexão intelectual, de gôsto e de consciência, não pode limitar as suas atividades a menos que o dia completo." (TEIXEIRA, 1971, p.79). A formação de professores vista como um treinamento, ou seja, de forma mecanicista e utilitarista.

Sendo a escola o principal campo de atuação, pode-se observar que havia urgência em modificar a educação da época. Pensar a gestão, as metodologias, a relação professor-aluno seria fundamental em paralelo com as novas necessidades sociais, imprescindíveis para o progresso de nossa nação. Tornava-se necessário, além de novos discursos, atuar diretamente na escola com novas práticas. Então, o médico criou o Serviço de Ortofrenia que funcionou no período de 1934-1939, no Distrito Federal, atuando em clínica de "hábitos", em parceria com Anísio Teixeira em seu projeto de reforma educacional. Diante desse contexto histórico, no âmbito dos anos 30 e 40, a questão do privilégio do saber médico, e intervenção da medicina no âmbito escolar, ainda se faz presente nos dias de hoje? Ou seja, existem repercussões do higienismo (formação de hábitos para prevenção e manutenção da ordem) no contexto do século XXI, em especial, em tempos de Covid-19? Pois, sabemos que a história pode ser permeada de idas e vindas, e passíveis de várias interpretações.

Os efeitos de transformações sociais, econômicas, políticas exigiram uma nova forma de governar a população, que fosse contínua e sútil. É nessa direção que Foucault (2010) traz a ideia de Biopolítica que pode ser definida como uma "tecnologia que visa não o treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos" (FOUCAULT, 2010, p. 209). Assim, a biopolítica se configura como uma tecnologia de poder que vai além do homem-corpo, mas adentra no homem-espécie.

Cidades sem infraestrutura, saneamento, nem políticas públicas sociais para os negros, indígenas, mestiços, a população em condição de pobreza no geral. Paralelo a isso, muitas endemias surgiram na primeira metade do século XX, afetando a camada popular. Com isso, muitos dirigentes e a elite brasileira tiveram um projeto político e social de

reorganização do Brasil a fim de torná-lo semelhante às nações europeias, vistas como modernas e civilizadas.

Essa contextualização do cenário brasileiro nos permite articular e refletir sobre a biopolítica como uma tecnologia de poder que foi utilizada para lidar com problemas sociais, a fim de manter a ordem, o equilíbrio, a harmonia. Um exemplo disso foram as políticas eugênicas e higienistas que intervieram nos processos biológicos da população para administrar o futuro, ou seja, evitando o nascimento e a reprodução do degenerado ou malnascido, e buscando criar uma população semelhante aos europeus – políticas de branqueamento. Afinal, o número da população era bem maior que a elite brasileira, controlar o povo era visto como necessário para evitar a rebeldia, a revolta, a doença, os perigos que os outros poderiam trazer ao grupo social dominante, bem como atender às necessidades de formação de trabalhadores para o sistema capitalista.

O cerne da biopolítica sendo o fazer viver e deixar morrer implica uma política para afirmar a vida, de intervir nos modos de viver para tornar a população saudável e, consequentemente, ampliando a força de trabalho. Primeiramente, venho destacar que Foucault (1994) nos diz que a medicina foi uma estratégia biopolítica, o que significa que o discurso médico que trata das questões de saúde e doença, vida e morte, dos processos biológicos, fabricou o normal e o anormal, o saudável e o doente, no viés social, legitimado por meio da ciência.

Contexto pandêmico (Covid-19), Biopolítica e formação de professores: Análise sobre o protocolo de Retorno às Atividades Presenciais (PRAEP)

Ainda em 2020, já se falava em retorno presencial às escolas, mesmo sem a comunidade escolar ter sido vacinada, pois a vacina, no Brasil chegou tardiamente, já se cogitava o retorno presencial às escolas. Tendo em vista, a preocupação das autoridades governamentais em garantir o retorno presencial a todo custo, embora com altos índices de óbitos devido a Covid-19 e sem a população estar vacinada, foram feitos protocolos de biossegurança para trazer orientações à comunidade escolar de um possível retorno “seguro”. Para tal, foi elaborado o documento “Protocolo de Retorno às Atividades Escolares Presenciais - PRAEP”, pela a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), de Alagoas, como uma espécie de cartilha ou manual para ser adotada por professores, estudantes, comunidade escolar como um todo.

E com essa política educacional mostrada no PRAEP, podemos perceber um racismo que perpassa pelo étnico, cultural, etário e social que envolve a exposição das pessoas da camada popular, negras, pardas, crianças e suas famílias que frequentam à escola pública ao adoecimento e até mesmo à morte. Desse modo, para a população eugênica estar imune ou imunizada, torna-se necessário eliminar a ameaça: "os degenerados, os diferentes, os doentes sociais", então expor à morte essa população é uma forma direta para tal intento.

Outro conceito destacado é o de *Necropolítica* destacado por Achille Mbembe (2016) que manter a ordem envolve combater a barbárie que envolve um estado de exceção em que tomamos como exemplo o nazismo (campos de concentração) que traziam judeus, ciganos, comunistas, homossexuais para eliminação; a população negra do continente africano que fora privada de direitos humanos ao serem trazidos para o Brasil, e ficaram em condições de escravidão; após a abolição da escravatura: a estirilização forçada, interdição de casamentos de pessoas de etnias diferentes legitimado pela legislação e ciência (eugenia). Desse modo, seria uma política para eliminar determinados povos que foram ou são vistos como "problemas, inferiores ou atrasos sociais".

No entanto, trazer orientações que visam o possível retorno presencial em pleno contexto da Covid-19, em que a maior parte da população não tinha sido vacinada, isso seria expor os professores, estudantes, demais profissionais da educação, familiares ou responsáveis à morte, constituindo assim uma bio(necro)política. Desse modo, enquanto a biopolítica promove à vida, a necropolítica, promove à morte, conforme aponta "talvez mais do que de diferença, o nosso tempo seja sobretudo o da fantasia da separação e até do extermínio" (MBEMBE, 2017, p. 66). No entanto, pensamos em uma bio(necro)política, pois há um discurso de promover a vida, a saúde e ao mesmo tempo envolve a morte de determinados grupos, ou seja, uns precisam morrer, para outros viverem, assim ambas perpassam pelo discurso social, político e educacional no qual vivenciamos, conforme, podemos ver abaixo:

> No Estado de Alagoas, a Secretaria de Estado da Educação considera necessária a criação de protocolos que sirvam como manuais de orientação à prevenção da doença e à promoção da saúde pública no intuito de esclarecer e preparar as escolas para um possível e gradual retorno às aulas. No ambiente escolar, este protocolo tende a amenizar as incertezas de procedimentos, visando **padrões de condutas comportamentais** mais adequados pela equipe técnica da escola, estudantes e comunidade escolar (PRAEP, 2020, p.8, grifo nosso).

É o que Foucault (1996) destaca que o poder envolve uma rede de relações envoltos em uma dimensão microcapilar e conjugado ao saber, constituindo um saber-poder que está presente em vários espaços, contextos e discursos. Nesse sentido, podemos pensar que o discurso supracitado permeia-se em relações de saber e poder, um saber que está relacionado ao poder estatal que está circunscrito em mecanismos de controle, disciplinarização e docilização de corpos e mentes.

Assim, instaurada a disciplina perpassa pela moralização que envolvem processos de subjetivação por meio de "padrões de condutas comportamentais". Ela é o exercício do poder sobre o corpo envolvendo estratégias de individualização, e está a serviço do governo de condutas, ou seja, da governamentalidade. Isso nos lembra o fenômeno *panóptico*[2] de Foucault (2010), um dispositivo de poder, em que os indivíduos são treinados, modificados em seus comportamentos. Um exemplo que o autor destacou que em um cárcere, mesmo sem a presença do guarda, policial vigiando os prisioneiros, só de pensar na possibilidade de estar sendo vigiado ou de ser punido, os indivíduos se assujeitavam. Nesse sentido, as disciplinas envolvem também o controle das atividades dos indivíduos, horários, movimentos corporais, objetos manipulados. Os indivíduos submetidos às disciplinas são permanentemente examinados, ou seja, uma estratégia da política sobre o corpo humano que circunscreve a *biopolítica* - governo da vida que a modela - . Esta, por sua vez, trata de estimativas estatísticas e de medidas globais para estabelecer mecanismos reguladores da população que perpassam a medicina social, a higiene e medicalização da população e educação. E esse exame, diagnóstico, discurso médico, produção de um saber-poder articulamos também ao saber médico como vimos na proposta de Ramos (1939) atuante na Escola Nova, e nos dias atuais com as cartilhas e formação continuada, na parceria Secretaria Municipal de Saúde com Secretaria de Educação (SEMED). Assim, percebemos, novamente, a relação do saber médico atrelado à educação, não apenas para promover à vida, mas colaborando com um processo de controle social através da disciplinarização de corpos e mentes, instituída em uma bio (necro) política. Não podemos deixar de mencionar o conceito surgido a partir do *adestramento, utilidade e docilidade do corpo* por meio das disciplinas que foi o biopoder[3]. É

---

[2] O filosofo inglês Bentham analisa o panóptico em dimensões físicas, arquitetônicas, elaborado para um sistema prisional e controle daqueles que estão inseridos nesse contexto. No entanto, Foucault (2000) amplia essa interpretação para o campo social e problematiza sobre o viés constitutivo daquilo que viria a ser chamado posteriormente de sociedade disciplinar/moderna. Ver: MILLER, Jaques-Alain. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In: O Panóptico: Jeremy Bentham. Org. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte. Autentica. 2000. p. 75-107.

[3] Conforme Foucault (1999), o biopoder é uma tecnologia da biopolítica que envolve o exercício do poder sobre a vida, enquanto unidade biológica por meio da disciplina. Enquanto a biopolítica é a forma como o governo lida com o coletivo, a espécie humana, o corpo social.

interessante destacar a reflexão também de Pelbart (2011, p.59), “se o racismo existia muito antes do surgimento do biopoder, foi este o responsável pela introdução do racismo nos mecanismos de Estado, e como mecanismo fundamental do Estado” . Assim, pelo campo do biopoder perpassa aspectos de nascimento e mortalidade, nível de saúde, longevidade, formas de viver, estando no cerne do saber médico.

Assim, concordamos com Moysés e Collares (2014) que a medicalização não é somente administrar medicamentos, mas nomear questões sociais em patológicas, ou seja, definindo o outro, o diferente como anormal ou “monstro”. Assim, a modernidade foi uma época de fabricação do outro sem alteridade, produzindo-o como diferença que precisava ser eliminada, e esse pensamento esteve imbricado no saber médico moderno, que subsidiou ações fascistas, nazistas, por exemplo.

Assim, a medicina social, a eugenia, o higienismo do passado não deixaram de existir, mas ainda se fazem presente nos dias atuais. Pois, como podemos perceber uma política sobre a vida e corpo social, conforme a orientação para prevenção da saúde, abordado no PRAEP (2020), porém a intervenção do saber médico como orientações e manuais, colaborando em um processo de retorno às aulas presenciais em um período que a população não estava vacinada, seria uma intervenção da medicina em questões sociais, políticas e educacionais, ou seja, uma medicalização da sociedade e da educação, contribuindo para o extermínio de determinados grupos sociais. Desse modo, o outro, o anormal, os diferentes é que fazem parte dessa eliminação.

Percebe-se que a cartilha do PRAEP vem como um elemento salvacionista, por conter a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Alagoas, contendo, por sua vez, orientações médicas, por si só, já fosse o suficiente para garantir o retorno presencial seguro.

> **A gestão escolar deve articular com a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de estabelecer parceria na execução do protocolo de segurança sanitária planejada pela escola** [...] para planejar o acolhimento dos servidores e, posteriormente, dos estudantes, além de definir junto ao órgão municipal, qual procedimento deve ser estabelecido quando da identificação de sintomas gripais nos estudantes. (ALAGOAS, p. 10, grifo nosso)

Nesse sentido, a medicalização continua se fazendo presente, não ficando apenas no contexto social e educacional de Arthur Ramos (1939), mas ainda se faz presente nos dias atuais, sobretudo, conforme podemos ver a íntima relação Medicina e Educação, sobretudo, em tempos de pandemia Covid-19. É importante destacar que o conceito de medicalização aqui adotada não é de administrar medicamentos aos escolares, mas da intervenção e

articulação do saber médico em questões sociais, políticas, filosóficas e educacionais, conforme já mencionado. Assim, o saber-poder médico pretende dizer a população como elas devem viver suas vidas.

É interessante mencionar que para que os objetivos do PRAEP fossem alcançados, foi estabelecido um plano de ações, incluindo divulgação e orientações em formação continuada de professores de vários municípios, entre eles, Maceió, sendo este presente na primeira etapa, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Plano de ação do Protocolo de Biossegurança (2020)

1ª Etapa	**Preparação da equipe**
2ª Etapa	**Reestruturação da nova rotina no ambiente escolar (espaços)**
3ª Etapa	**Monitoramento de todos os espaços (checklist)**

Fonte: SEDUC (AL) - Protocolo de Biossegurança para a Retomada das Aulas (PRAEP/2020)

Diante desse plano de ação, faremos uma análise de uma formação remota exposta no canal Semed-Maceió, do youtube, em 2020, intitulada "Protocolos de biossegurança para a retomada das aulas" que podemos perceber que envolve a primeira etapa do plano *preparação da equipe.* A palestrante da formação continuada para professores e gestores é médica do trabalho onde atua no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST) que trouxe orientações[4], para os profissionais da educação, da rede municipal de Maceió, a palestra está disponibilizada também on-line para outros públicos interessados.[5] Nesse momento, colocaremos alguns pontos mencionados pela palestrante e alguns comentários do chat de resposta, buscando refletir sobre a concretização da (necro)biopolítica na educação escolar e na produção de um saber-poder. Na citação abaixo, a médica Ana Paula Cavalcante (2020) destaca os objetivos do serviço prestado pela CEREST aos profissionais da educação:

> promove assistência à saúde dos trabalhadores desde uma promoção a gente já vê alguns colegas, alguns professores… já devem ter recebido nossa visita. A gente faz um trabalho junto com a Semed de prevenção e promoção de saúde

[4] A convite da Secretaria Municipal de Educação de Maceió.
[5] A palestra encontra-se no canal da Semed - Maceió, disponível em: Palestra - Protocolos de biossegurança para a retomada das aulas https://www.youtube.com/watch?v=YQ3rRJ3eZbU

> direcionado a um público das escolas: professores, administrativos, merendeiras. Nós temos uma trabalho direcionado para essas categorias e nós atuamos na recuperação e suporte em doenças (CAVALCANTE, s/p, 2020).

Na palestra, a médica explicou como ocorreu o surgimento do coronavírus, as formas de transmissão, período de incubação, as pessoas mais suscetíveis à infecção por Covid-19, sintomas (assintomático, resfriado comum, pneumonia grave), bem como o decreto 8995/2020 do regime de teletrabalho, boletim epidemiológico, sobretudo, orientações destinados aos ouvintes.

O uso da máscara foi uma recomendação crucial para evitar a Covid-19, que segundo Cavalcante (2020) " a máscara então desde o início da pandemia [...] é um item obrigatório, então a importância da máscara na prevenção de transmissão" (s/p), devendo o seu uso por toda a comunidade escolar, bem como trocar a "cada 3 horas". Algo interessante a se pensar, seria que a quantidade de máscaras seria em número insuficiente para todos e todas, logo seria inviável sua troca neste período de tempo. A palestra foi do tipo expositiva na qual não permitia o diálogo com os espectadores, e foram abertas algumas perguntas ao final, porém nem todas foram respondidas, a mediadora selecionou algumas questões. Muitas indagações foram deixadas de lado, bem como comentários no chat, que vale ressaltar, tais como: "a Semed irá disponibilizar as máscaras?", "As crianças colocam a mão no rosto toda hora. Vi isto no dia da entrega dos kits", "Criança derruba, pega, baba…". Com essas falas dos docentes em resposta à palestra, podemos perceber a descrença no protocolo de biossegurança no retorno às aulas presenciais. Desse modo, o protocolo torna-se inatingível em relação à segurança o qual não condiz com a realidade da comunidade escolar, pois muitos estudantes não têm nem as necessidades básicas supridas, tais como a alimentação, inclusive, ter máscaras extras para serem trocadas, à medida que molhar, sujar, cair etc. Desse modo, o discurso proferido pela médica do trabalho cai no âmbito do *verbalismo* no qual Paulo Freire (1996) destaca quando a teoria é separada da realidade, ou seja, distanciada do cotidiano. Mediante a isso, podemos observar relações de saber e poder, pois nas palavras de Foucault (2014): "Temos antes que admitir que o poder produz saber [...] que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber [...](FOUCAULT, 2014, p. 31).

Tendo como base o pensamento foucaultiano supracitado, o discurso médico trazido na palestra envolve um poder-saber, isto significa que o saber não é neutro, e está entrelaçado em rede de relações, ou seja, ele não está apenas em um ambiente, mas em uma rede, em vários espaços, tempos, contextos, e em tempos de pandemia Covid-19, também disseminado

por meio de plataformas digitais, como pudemos ver na palestra mencionada. O saber está vinculado ao poder estatal de orientar a população, neste caso, aos profissionais da educação, estabelecendo uma prática discursiva, por meio do discurso médico-científico, legitimado, validado e autorizado, buscando produzir processos de subjetivação e docilização. Desse modo, intentando inculcar a crença de que seguindo as orientações do protocolo de biossegurança seria suficiente para o retorno seguro ao contexto escolar presencial, constituindo uma biopolítica e necropolítica. É o que Foucault (2010) destaca em sua obra *Em Defesa da Sociedade,* define como racismo de Estado que tem como fundamento a noção de guerra, sobretudo, "guerra das raças" envolta por relações de poder "essa guerra que atravessa o campo do poder, põe as forças em confronto, distingue amigos e adversários, engendra dominações e revoltas [...]" (p.244).

Outra recomendação da palestrante da formação continuada foi em relação ao distanciamento físico, vejamos:

> o distanciamento físico em que as cadeiras tem que estar afastadas 1,5 metro e meio entre um estudante e outro [...] e o professor ficar 2 metros de distância [...}reduzir a quantidade de materiais como livros, brinquedos [...] (CAVALCANTE, 2020, s/p).

Manter o afastamento de 2 metros de crianças pequenas, no que tange à educação infantil é utópico. Conforme o documento das Orientações Curriculares para a Educação Infantil de Maceió, "A indissociabilidade entre cuidar e educar inerente ao conceito de educação em sua integralidade". (MACEIÓ, 2015, p.07). Então, exercer o cuidar e o educar de bebês e de crianças menores de 6 anos, sem se aproximar torna-se irrealizável. E, ainda, reduzir a quantidade de brinquedos e brincadeiras, tendo em vista que é um direito da criança, o brincar vai ao desencontro da importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança. Pois, segundo o mesmo documento, esse nível de educação deve se basear em princípios éticos, políticos e estéticos possibilitando experiências as quais sejam desenvolvidas a autonomia, reconhecendo o papel ativo e cidadão desde o nascimento da criança, e para que isso ocorra deve ser considerado as múltiplas linguagens da criança, entre elas, a brincadeira. Assim, reduzindo os brinquedos, provavelmente limitaria o brincar.

Outra questão mencionada por Cavalcante (2020) foi sobre a escola precisa ter várias torneiras para lavar as mãos, espaços amplos, formas de lavar as mãos, uso de máscara e álcool em gel. Essa explanação impulsionou alguns comentários no chat da palestra por parte de alguns docentes, tais como visto no quadro abaixo:

Quadro 2 - Principais falas na palestra *Protocolos de Biossegurança para a Retomada das Aulas*

Discurso da médica palestrante	Comentários dos docentes
"Então, sempre na entrada da unidade de ensino, haveria a verificação da temperatura pelo termômetro digital, manter a distância, higienização de mãos e calçados de todos que entram"	"Esse protocolo não é para a estrutura (realidade) das nossas escolas!!!"
"E as cadeiras tem que estar afastadas 1,5 entre um estudante e o outro"	"Antes de todo esse processo é preciso disponibilizar vacina para os docentes. Afinal de contas, estão na linha de frente".
"Enquanto ela [criança] tá no ambiente ela tem que usar máscara [...] a máscara é o item obrigatório desde o início. Quando trocar essas máscaras de tecido trocar a cada três horas, certo. Em máscaras descartáveis, daquela cirúrgicas, a cada 4 horas e de preferência já que vai ter a hora do lanche e, de preferência, trocar na hora. Então, sempre tem que levar máscara extra, porque vai ser trocada no meio do turno, uma a mais, caso a máscara cair no chão. Levar mais duas máscaras extras para ser trocadas na hora do lanche" E a gente não pode relaxar nesse momento [...] nesse momento de perspectiva de o retorno de atividade e de perspectiva de vacina tão próximo… é o momento crucial se deve manter a atenção dobrada	"Se é complicado para um adulto o uso da máscara, imagina com as crianças" "O problema é a criança permanecer com a máscara, e máscaras suficientes para o período que estiver na creche, bem como uma higienização frequente dos ambientes comuns" "Esse retorno será complicado, pq nossas escolas não têm infraestrutura mínima pra receber alunos e funcionários com segurança. Definitivamente, os nossos governantes estão nos levando pra um matadouro". "Vamos pra guerra sem armas. É lindo isso!" "Sem vacina , voltar é um absurdo!" "Eu não me protegi até agora pra me arriscar nas escolas...já que tenho 4 patologias.....só com vacina" "Vacina antes da volta presencial"
"Evitar o uso de ar condicionado tá e manter as portas e as janelas abertas priorizando essa ventilação natural"	"Escola sem janela? como fica?"

Fonte: Os autores[6]

Podemos observar pelo o discurso da médica palestrante que as orientações são distanciadas da realidade da escola pública, pois conforme os docentes comentaram as escolas carecem de estrutura física, de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), dentre outros, pois devido a isso, torna-se uma proposta difícil de ser implantada na rede pública de educação. Desse modo, constitui-se como a concretização da biopolítica, e até mesmo, da

[6] Discursos disponibilizados no Canal Semed-Maceió do youtube (2020) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YQ3rRJ3eZbU

necropolítica no contexto educacional em tempos de pandemia em que o saber médico como estratégia biopolítica vinculada ao poder do Estado, exercem o controle sobre a vida da população, expondo-os à morte, em que esse público (educadores, crianças e familiares da camada popular) são os "inimigos", e os que "deverão" ser eliminados, reafirmando, assim, o que Foucault (2010) ressaltou como racismo de Estado por meio da biopolítica.

O discurso como prática social que estabelece uma relação dialética entre linguagem e sociedade em que podemos refletir sobre questões políticas, econômicas e sociais. Assim, o discurso não é neutro, ou seja, está permeado por uma construção histórica e social, em que produz subjetividade e formação de identidade. Silvio Almeida (2019) traz o diálogo sobre o racismo estrutural que vem da noção de raça[7] (biológico), isto é, de classificação, a princípio com plantas e animais, depois, com seres humanos.

O referido termo se difundiu com os tempos modernos, em meados, do século XVI, e está relacionado a um contexto histórico e social. Nesse período, com o mercantilismo e exploração de novas terras, buscou-se uma noção moderna de homem pautado no modelo europeu, constituindo o "homem e razão universal". Mais adiante, o homem não é apenas sujeito cognoscente, mas objeto de conhecimento, pois ele é um ser que vive, fala, pensa, trabalha. Assim, por meio da comparação e classificação dos grupos humanos, definindo-os em civilizados e selvagens ou primitivos.

E se pensarmos na história do nosso país, os europeus buscaram civilizar os indígenas, bem como escravizaram a população negra, pautando-se nessa "necessidade" de civilização embasada na superioridade de uns, e inferioridade de outros, ou seja, em uma base ideológica. E desse tempo para cá, sobretudo, em tempos de pandemia Covid-19, a colonialidade[8] se revela no discurso médico proferida pela palestrante. pois: "Então, sempre na entrada da unidade de ensino, haveria a verificação da temperatura pelo termômetro digital, manter a distância, higienização de mãos e calçados de todos que entram" (CAVALCANTE, 2020, s/p). Nesse viés, a colonialidade se mostra atuante, no sentido de que, por meio do discurso, busca adentrar na estrutura subjetiva e imaginária dos ouvintes, a fim de convencê-los que o protocolo de biossegurança é o suficiente para o retorno presencial seguro.

Ao mesmo tempo que a referida palestra promove uma formação com um viés preventivo e "solidário", por outro lado, envolve um racismo étnico, cultural e econômico,

---

[7] Segundo Almeida (2019), não há evidência científicas que defina o conceito de raça a partir da biologia, mas sim um fator político, utilizado para naturalizar desigualdades, segregações e genocídios.

[8] "[...] a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada" (MIGNOLO, 2005, p. 75). Assim, ela não foi fruto desse tempo histórico, mas esteve no lado oculto da mesma.

pois as pessoas que retornaram, em sua maioria, são negras, pardas, da camada popular, expostas ao vírus, e até mesmo, à morte. E isso é legitimado pelos decretos, portarias, legislações definindo o "racismo como uma relação estruturada pela legalidade" (ALMEIDA, 2019, p.136). A colonialidade é fundamentada pelo racismo envolto pela hegemonia, dominação, negação e desumanização. Isso nos faz questionar o sentido de humanidade que para Krenak (2020) a pandemia revelou a desumanidade por meio da necropolítica tanto do governo federal, do Estado e de quem estava a seu serviço quanto do processo de naturalização do número de mortos, diariamente, pela Covid-19. A naturalização das mortes só desnuda outras, tais como: a miséria, a fome, o feminicídio, entre outros, que se tornaram mais evidentes nesse tempo. Assim, a pandemia nos mostra que determinados grupos sociais tratavam outros como sub-humanos, o que caracteriza a *eugenia,* matando mais que o coronavírus.

Ao mesmo tempo em que a biopolítica, busca aumentar o poder por meio da ampliação da vida traduzidas na capacidade produtiva dos individuos, no contexto pandêmico, ela envolve também a *tatanos-política*, referido por Giorgio Agamben (2004) ao expor determinados grupos à morte. Alguns exemplos, foram os campos de concentração nazista, a eutánasia, pena de morte, em que a polítca de morte intervém no corpo de determinados sujeitos, eliminando-os. Por isso, nos referimos ao termo bio(necro) política[9].

> Esse retorno será complicado, pq nossas escolas não têm infraestrutura mínima pra receber alunos e funcionários com segurança. Definitivamente, os nossos governantes estão nos levando pra um matadouro. (PROFESSORA Y, 2020, s/p.)

E nessa política de morte, imperou a inferiorização de certos grupos, pois, enquanto uns estavam seguros em seu lar, outros eram obrigados a irem ao encontro da Covid-19. Além do mais, é o já citado por Bolsonaro (2020) que a economia seria o motor da sociedade, e que o vírus era apenas uma "gripezinha", constituindo um racismo atrelado à política, economia e história. Assim, em um período de desgoverno tirano, a bio (necro)política além de estar no âmbito do corpo e vida da população, buscou adentrar no âmbito do pensamento, da colonialidade do ser, assim, universalizando um pensamento e uma história, eliminando os que não faziam parte da sua raça e igualdade. Assim, a biopolítica e necropolítica define quem vive e quem morre a partir da raça, pois os classificados como "degenerados" os tidos como "anormais" pelo Estado são eliminados, concretizado, nas mais diversas faltas: de alimento, de saneamento básico, de emprego, de educação, de saúde, de assistência, de

[9] Ver o conceito da necropolítica mencionado por Achille Membe (2017).

vacina, entre tantos outros. Nisso, também podemos observar a banalização da vida por parte do governante supracitado, sobretudo, sobre os mais desfavorecidos.

Dito isso, a arte de governar, conforme menciona Foucault (1999), em que o Estado através de uma racionalidade, governa o corpo social, em que pudemos observar na fala da palestrante, a serviço dos dirigentes, em que orientações médicas e "profiláticas" para um retorno "seguro". Assim, quando o sujeito não é eliminado, é governado, em que é formado determinado tipo de subjetividade e assujeitamento. E essa aceitação pelo consenso,docilização, por processo de subjetivação, é sustentada pela desigualdade em que os sujeitos acreditam ser o seu destino, a naturalização da desigualdade.

Nesse sentido, seria a formação cidadã preconizada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), tendo em vista: "o cidadão do Estado democrático é o cidadão governável. Somos constituídos como cidadãos para que possamos ser governados" (GALLO, 2017, p. 1506). E essa cidadania perpassa pelo o governo de si e o governo do outro. Assim, a governamentalidade transpassa a atuação isolada do Estado, mas os sujeitos também exercem o exercício da gestão de si e do outro, podendo se tornar um processo de reprodução da opressão.

Outra questão que não podemos deixar de mencionar é que o poder só existe mediante a produção da verdade que parte de uma relação social de poder, conforme Foucault (1985). Nesse raciocínio, as práticas sociais de disseminação de cartilhas e formação continuada expostas constituem um regime de racionalidade e de verdade por elas engendradas. Desse modo, o poder se propaga através de agenciamento dos indivíduos e de seus corpos, ou seja, uma anátomo-política. Um poder que circula e que "funciona em cadeia, e nesse sentido, não tem posição fixa, ele é exercido em rede" (FOUCAULT, 1985, p.181).

Nesse sentido, essa prática discursiva do Protocolo de Biossegurança para a Retomada das Aulas envolve além de uma bio(necro)política, mais também uma governamentalidade de corpos e mentes, pois segundo Foucault (2010) esta envolve o exercício do poder na condução de condutas, ou seja, é a ordem do governo que perpassa pelo o discurso. As condutas almejadas pela governamentalidade é por meio de processos de subjetivação. E, em tempos de pandemia, para haver a exposição à contaminação da Covid-19 e retorno ao trabalho presencial, no contexto escolar, assim, envolve: à constituição de individualidades, mas também as relações de força" (FOUCAULT, 1985, p.196). Porém, é interessante destacar que a maioria dos comentários dos docentes, vistos no chat da formação remota, podemos perceber que exerceram um papel de resistência e de poder em que foram contrários ao

retorno presencial sem a vacinação, pois [...] Definitivamente, os nossos governantes estão nos levando pra um matadouro". (PROFESSOR B, 2020, s/p)

Podemos perceber que a medicina a serviço do Estado exerceu um papel bio (necro) político em que o retorno presencial é apresentado como necessário e "seguro" mesmo sem a proteção vacinal. Assim, a economia em detrimento da vida que perpassou a gestão da Covid-19, pois os docentes foram acusados de "folgados" que estavam em casa "sem" exercer trabalho.

Considerações Finais

Nesse sentido, o povo é visto como uma massa de seres vivos que tem por característica apenas a força de trabalho e produtividade. Se a produtividade está em falta, são acusados de preguiçosos em que o risco de morte fora negado pela gestão da época. Assim, o mais importante era o trabalho do que a preservação da vida, até porque o negacionismo acreditava que não havia nenhuma ameaça.

Um governo que cortou verbas da educação, e que adiou a vacinação por 10 meses desde o agravamento da Covid-19, no Brasil, em que promoveu a morte em massa, em seu discurso de ódio, estultícia e irresponsabilidade demonstra o descaso com a população, comunidade escolar e os trabalhadores da educação. Paralelo a isso, os docentes se reinventaram, utilizando as tecnologias digitais, a própria internet, em que o seu lar que seria para descanso virou local de trabalho que ultrapassou a sua carga horária normal (presencial).

As infâncias pobre, de bairros periféricos, negras, indígenas foram abandonadas pelo o discurso da palestrante na formação de professores, da Semed-Maceió, pois não era viável a segurança da criança, ela seria exposta, pois "Enquanto ela [criança] tá no ambiente ela tem que usar máscara [...] a máscara é o item obrigatório desde o início. (CAVALCANTE, 2020, s/p.). Embora, com essa orientação "preventiva", as crianças seriam expostas, pois como um foi mencionado em resposta à palestrante "Se é complicado para um adulto o uso da máscara, imagina com as crianças" (PROFESSOR Z, 2020, s/p.). As infâncias e os professores não foram ouvidos, considerados, mas obrigados a se expor, em um discurso normativo que diz que "todos" podem voltar e estarão seguros.

Podemos, perceber que ao longo deste trabalho que víamos analisando o discurso em torno da história da educação e formação de professores na proposta de Ramos (1939) e Escola Nova, em que mais uma vez, a intervenção médica na educação se fez presente. Vimos ao longo deste trabalho que a medicalização não se limita a administrar medicações,

mas uma intervenção do saber médico nos modos de viver e ser da sociedade e da educação. A medicalização em vez de promover a saúde, contribuiu para o adoecimento, conforme vimos no discurso da palestrante, tanto no sentido de lançar o sujeito à contaminação da Covid-19, quanto ao tratamento dado à infância do meio popular. E isso, se constituiu também, sobretudo, pela formação continuada de professores. O lugar dado à formação de professores tanto no higienismo como no contexto pandêmico foi contraditório. Primeiro, um papel fundamental por ter um protagonismo por lidar diretamente com os estudantes, logo, tornou-se anseio dos sonhos políticos da elite dominante e do Estado. Segundo, e ao mesmo tempo, um lugar de submissão, em que são impostas aos professores o saber médico e uma ideologia dominante. Por mais que alguns exerceram um papel crítico e analítico, questionando as imposições do PRAEP, a formação foi em caráter vertical, em que as falas dos docentes foram desconsideradas, e a medicina, mais uma vez, articulada aos dirigentes e governantes a serviço do Estado. Assim, o higienismo do século XX vestiu uma nova roupagem no discurso e ações provenientes do discurso médico proferido na formação continuada de professores do PRAEP. Fazer essa análise histórica nos permite compreender as ações do presente, e a necessidade de reflexões como um ato político e urgente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos Corpos.** Tradução: Selvino J. Assmann, São Paulo: Boitempo, 2017.

ALAGOAS. Decreto n.º 1.140, de 19 de setembro de 1925. Regula a Instrução Pública do estado de Alagoas. **Diário Oficial de Alagoas**, 14 jun. 1926.

ALAGOAS. **Portaria/SEDUC n. 11.907/2020.** Diário Oficial do Estado de Alagoas: 2020.

ALAGOAS. **Protocolo de Retorno às Atividades Escolares Presenciais - PRAEP.** 2020. Disponível em: http://www.educacao.al.gov.br/images/Protocolo_de_retorno_%C3%A0s_Atividades_Escolares_Presenciais_-_PRAEP.pdf. Acesso em: 15 nov 2020.

ALMEIDA, S . **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

BOLSONARO, J. M. *Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão*, março, 12, 2020a. Disponível em:https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-m-cadeia-de-radio-e-televisao-5 Acesso em: 25 mar 2020.

CAMPOS, Maria José. **Arthur Ramos**: luz e sombra na antropologia brasileira**:** uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Rio de Janeiro: Edições da Biblioteca Nacional, 2004.

CAVALCANTE, Ana Paula. ***Palestra*:** protocolos de biossegurança para a retomada das aulas. 2021. Disponível em: (360) Palestra - Protocolos de biossegurança para a retomada das aulas - YouTube. Acesso em: 9 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
FOUCAULT, Michel. ***Em defesa da sociedade:*** curso no Collège de France. Tradução de Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petropólis, RJ: Vozes, 2014.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda.** *São Paulo:* Companhia das Letras, 2020.

MBEMBE, Achille.**Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufrj, n. 32, dezembro, 2016.

SIRCILLI, Fabíola.Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 31, p. 185-193,May/Aug. 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2005000200006>. Acesso em: 22 fev. 2015.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é privilégio** (1950). 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.